DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1078/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/14074/2015
PROTOCOLO	: 1618355
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA/MS
ORDENADORA DE DESPESAS	: NILCEIA ALVES DE SOUZA
CARGO DA ORDENADORA	: PREFEITA MUNICIPAL
ASSUNTO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 111/2015
EMPRESA CONTRATADA	: D.B. LUNARDI - ME
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: CARTA CONVITE N. 10/2015
OBJETO	: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS.
VALOR INICIAL	: R$ 55.823,50
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO E TEOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO. ATOS LEGAIS E REGULARES.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação do procedimento licitatório na modalidade Carta Convite n. 10/2015 (1ª fase) e da formalização e teor do Contrato Administrativo n. 111/2015 (2ª fase), celebrado entre o Município de Coronel Sapucaia/MS e a empresa D.B. Lunardi - ME, constando como ordenadora de despesas a Sra. Nilcéia Alves de Souza, prefeita municipal à época.

O objeto do contrato é a prestação de serviços de elaboração e confecção de materiais gráficos, no valor global de R$ 55.823,50 (cinquenta e cinco mil oitocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) realizou a Análise ANA n. 20930/2015, entendendo pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização contratual, com ressalvas em razão da remessa intempestiva dos documentos obrigatórios.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR – MPC – GAB. 7 DR. JAC n. 4163/2016, opinando pela legalidade e regularidade dos atos praticados.

DA DECISÃO

Registre-se que fora juntada aos autos toda documentação obrigatória acerca do procedimento licitatório: 1ª fase, com fulcro no Anexo I, Capítulo III, Seção I, Item 1.1.1., letra “B” da Instrução Normativa TC/MS n.

35/2011 c/c o art. 120, I, letra “a”, do Regimento Interno do Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, e a documentação relativa à formalização contratual (2ª fase), conforme preconiza o art. 60 e seguintes da Lei das Licitações e dos Contratos.

O instrumento contratual foi pactuado em observância às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único da Lei n. 8.666/93.

Sobreleva afirmar que o instrumento contratual foi pactuado na data de **19/6/2015**, a publicação do extrato na imprensa oficial ocorreu em **26/6/2015** e a remessa dos documentos obrigatórios foi enviada no dia **17/7/2015** (data da postagem), sendo assim, a documentação foi protocolada tempestivamente nesta Corte de Contas, atendendo ao prazo de 15 (quinze) dias úteis estabelecidos pela Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer ministerial, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade e regularidade** do procedimento licitatório na modalidade Carta Convite n. 10/2015 (1ª fase), celebrado entre o Município de Coronel Sapucaia/MS e a empresa D.B. Lunardi - ME, constando como ordenadora de despesas a Sra. Nilcéia Alves de Souza, prefeita municipal à época, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 120, I, “a”, do RITC/MS;

2. pela **legalidade e regularidade** da formalização e teor do Contrato Administrativo n. 111/2015 (2ª fase), com fulcro no art. 59, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 120, II, do RITC/MS;

3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS;

4. pela **remessa** dos autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo para acompanhamento da execução do objeto (3ª fase).

Campo Grande/MS, 2 de março de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dncs